

INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA- ICSEZ/UFAM

Dalila Araújo de Sousa¹
Danilza de Souza Teixeira²
José Luiz Pereira da Fonseca³

RESUMO

Esta pesquisa tem o foco na inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior. O objetivo principal é entender a inclusão de discentes surdos matriculados no Curso de Administração do ICSEZ/UFAM, nas vozes de docentes, intérpretes de Libras e coordenação do núcleo de acessibilidade. Foram consideradas as perspectivas de professores, intérpretes de Libras e a Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade do ICSEZ. Nesse sentido, levamos em consideração as políticas públicas vigentes para a inclusão de Surdos, a descrição dos serviços ofertados pelo núcleo de acessibilidade aos discentes com surdez, a descrição do planejamento de ensino e conteúdo que os professores organizaram para trabalhar com discentes Surdos e os desafios e perspectivas da inclusão de surdos nas vozes dos sujeitos desta pesquisa. A metodologia utilizada foi o qualitativo através de uma abordagem fenomenológica e como instrumento de coleta dos dados foi utilizado a entrevista através de narrativas, contribuindo efetivamente para a entender o processo de inclusão de surdos no ensino superior em um contexto amazônico. Nesse sentido, nossa pesquisa revelou que apesar de subsistir políticas públicas que asseguram os direitos educacionais de Surdos no ensino superior, ainda existe a necessidade de melhor implementação e treinamento aos docentes no sentido de garantir que esses direitos sejam realmente postos em prática no âmbito da educação de nível superior.

Palavras-chave: Inclusão; Surdos; Educação; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

O ingresso no Ensino Superior representa um desafio significativo para os estudantes, especialmente para aqueles com surdez. “Principalmente porque os surdos universitários de hoje foram os surdos educados a partir de uma perspectiva oralista [...]” (Santana, 2016, p.86). Mesmo com os avanços da inclusão educacional, é fundamental analisar as experiências dos indivíduos Surdos que estão buscando o ensino superior. Muitos desses estudantes enfrentam desafios desde a educação básica, devido à falta de efetivação das políticas públicas inclusivas no ambiente educacional. Nesse sentido é

¹ Graduanda do Curso da Pedagogia da Universidade Federal – UFAM, dalila.power@hotmail.com;

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Docente do Curso da Pedagogia da Universidade Federal – UFAM, danilzast@ufam.edu.br;

³ Professor orientador: Doutor, Docente do Curso da Pedagogia da Universidade – UFAM, jfonseca@ufam.edu.br;

Pesquisa de iniciação científica, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - UFAM.

preciso levar em conta a experiência dessas pessoas, que, apesar das leis que garantem seus direitos a uma vida igualitária na sociedade, ainda enfrentam o preconceito arraigado de que os Surdos são incapazes de realizar as mesmas tarefas que os ouvintes, e no contexto universitário esse pensamento estereotipado pode ser ainda mais evidente, considerando o nível de rigor que o campo científico exige, e a maneira como muitos ouvintes compreendem o universo da surdez.

A relevância desse estudo se fundamenta nas bases legais que asseguram os direitos dos Surdos, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, a Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei 10.436/2002 e dispõe sobre outros aspectos da Libras, e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 que delineiam a obrigatoriedade de proporcionar acessibilidade, comunicação e serviços de intérpretes.

Para tanto, este trabalho de pesquisa surge da necessidade de compreender a dinâmica de inclusão dos sujeitos Surdos no Ensino Superior, focalizando o contexto específico do Campus Parintins-ICSEZ da Universidade Federal do Amazonas.

Os resultados destacaram a necessidade de diálogo e articulação entre o Núcleo de Acessibilidade, a comunidade universitária e o Curso de Administração, visando a qualidade e equidade na inclusão de discentes com surdez, bem como a superação das barreiras atitudinais, sociais e de comunicação ainda presentes no ambiente universitário.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa com base na fenomenologia para investigar a inclusão de Surdos no Ensino Superior no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/UFAM). A pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada das relações sociais, captando significados e experiências, como enfatizado por (Gil (2017). A fenomenologia, como abordado por Moraes e Galiazze (2016) e Gil (2008), foca na essência das vivências humanas, sendo adequada para esse tipo de investigação. Com uma amostragem probabilística aleatória simples, o estudo incluiu 11 participantes, dos quais 6 aceitaram participar: 9 docentes do curso de Administração (incluindo o coordenador), 1 intérprete de Libras e a coordenadora do Núcleo de Acessibilidade. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas, possibilitando a livre expressão dos participantes, e a análise seguiu rigorosos critérios éticos, aprovados pelo comitê de ética da UFAM (protocolo nº 75450523.2.0000-5020).

REFERENCIAL TEÓRICO

A trajetória da educação das pessoas com surdez ao longo da história não é diferente de pessoas que apresentam outras deficiências. “A história das pessoas com deficiência é caracterizada por inúmeros episódios de preconceito, discriminação e outros tantos julgamentos equivocados. A exclusão e o isolamento faziam parte das práticas constantes daqueles que não admitiam conviver com as diferenças” (Lamaison, 2018, p. 16). Desde a Idade Antiga, indivíduos com transtornos ou deficiências frequentemente enfrentaram exclusão social. Muitas vezes, até mesmo suas próprias famílias os rejeitavam, pois eram vistos como incapazes de desempenhar os papéis sociais esperados por suas comunidades. Essa exclusão também se aplicava aos Surdos, que eram marginalizados por não se adequarem às normas de comunicação e interação predominantes na sociedade ouvinte.

Na educação, somente após a organização e publicação do importante documento da Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien, sobre os conhecimentos e a implementação das Diretrizes Internacionais sobre a Educação para Todos, é que se começa a perceber de fato um avanço rumo a uma educação igualitária. No entanto, a educação inclusiva, só começou a se consolidar no Brasil, a partir de 1994, após a Conferência Mundial sobre Educação Especial, quando a Declaração de Salamanca foi promulgada:

A Declaração de Salamanca, em 1994, discutiu a obrigatoriedade de incluir todas as pessoas com necessidades educativas especiais (NEE). Para o surdo, destacou-se a importância da linguagem gestual como meio de comunicação, com a declaração, a educação inclusiva ganhou robustez (Teixeira, 2021, p. 62).

Desde então, diversas leis no Brasil têm sido implementadas para promover a inclusão dos Surdos, como a Lei 9.394/96, em seus Capítulos V e V-A, que aborda a Educação Especial e a Educação Bilíngue de Surdos, determinando que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Sobre a Educação Bilíngue para Surdos, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) deve ser introduzida como primeira Língua e o Português escrito como segunda, destinada a alunos surdos, surdo-cegos, ou com deficiência auditiva que utilizam a Libras (Brasil, 1996). Adicionalmente, a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão,

estabelecendo diretrizes para a inclusão social, educacional e trabalhista dos Surdos (Brasil, 2022). Por sua vez, o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a inclusão de alunos Surdos no ensino regular, enfatizando a importância da educação bilíngue e a formação de professores e Intérpretes, (Brasil, 2005). Ainda, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, onde estabelece diretrizes claras para garantir a inclusão social, educacional e trabalhista dos Surdos, destacando a responsabilidade coletiva para a efetiva inclusão dessa população, (Brasil, 2015). Entretanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios para garantir a plena participação dos Surdos na sociedade e no sistema educacional brasileiro.

A comunidade surda possui uma língua e cultura própria, sendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) reconhecida como essencial para esses sujeitos. A necessidade de uma educação inclusiva que valorize e respeite as particularidades linguísticas e culturais dos Surdos é ressaltada, em teoria, no cumprimento das políticas públicas vigentes e responsabilidade para com a identidade dos sujeitos Surdos. A nova diretriz educacional para Surdos determina a inclusão de docentes bilíngues, que dominem tanto a Língua de Sinais quanto o Português, para ministrar o ensino do Português como segunda língua. Além disso, prevê a atuação de professores Surdos especializados no ensino da Língua de Sinais, tanto como primeira quanto como segunda língua, e a presença de intérpretes de Língua de Sinais para auxiliar na comunicação (Quadros; Cerny e Pereira, 2008). Nesse sentido, para uma educação verdadeiramente inclusiva na sociedade, sobretudo no âmbito educacional, é necessário que haja um compromisso político e social que respeite e valorize a comunidade e a identidade da pessoa Surda.

Em vista disso, é importante colocar que a necessidade do indivíduo deve ser contemplada em todas as suas características, sendo assim é importante destacar que “o processo educacional inclusivo seria aquele que, portanto, valorizasse os grupos e as pessoas diferentes, entre elas os surdos, sua língua e sua cultura, respeitando e atendendo as suas necessidades” (Barbosa, Dorziart, 2019, p. 18). No entanto, o contexto social é acentuado por meio da prevalência do uso da língua portuguesa como norma linguística dominante o que se tornou privilégio para seus falantes, conforme apontado por Quadros e Massutti (2007, p. 242): “o processo educacional sempre privilegiou o uso da língua portuguesa, conferindo um status aos seus falantes, política essa que continua a trazer consequências negativas para a vida dos surdos”. Dessa forma, a predominância da Língua Portuguesa em detrimento da Libras, Língua oficial dos Surdos, não apenas

desvaloriza a cultura surda, mas também exclui esses indivíduos de terem seus direitos plenamente garantidos na prática no âmbito do Ensino Superior.

Quando se pensa em um contexto universitário inclusivo é necessário pensar nas diversas maneiras existentes de implementar essa inclusão na prática. A Libras, nesse sentido, representa um marco substancial no que se refere a inclusão das pessoas Surdas na sociedade e no âmbito educacional, mas além da Libras, outros aspectos devem ser considerados, como recursos de diferentes Tecnologias Assistivas, uso de imagens e vídeos legendados durante as aulas, e a presença do intérprete em sala de aula, assim como em todo o campo universitário. O Intérprete, por sua vez, é considerado essencial para facilitar a comunicação e assegurar que o conteúdo educacional seja acessível aos estudantes Surdos. “O Intérprete é condição de acessibilidade na falta de professor Surdo ou professor ouvinte que seja fluente em Libras. Mas fazer de conta que um único professor pode falar duas línguas ao mesmo tempo é fingir que o ensino é inclusivo”, (Stumpf, 2008, p. 26). Por outro lado, pensar em um ensino sem a presença de um intérprete seria promover uma inclusão ilusória.

De acordo com as ideias de Barbosa e Dorziat (2019) uma educação efetivamente inclusiva deveria ser pautada nas características individuais de cada cidadão. Em se tratando de educação para indivíduos com surdez, o ambiente educacional para ser inclusivo deve valorizar e respeitar às necessidades específicas dos Surdos, garantindo que suas particularidades linguísticas e culturais sejam não apenas reconhecidas, mas também atendidas. “Os professores/as precisam compreender os modos de vida das pessoas surdas, a história de luta dos surdos, a língua de sinais, os níveis em que esses estudantes se encontram, considerando que as metodologias de ensino precisam ser bilíngues, visuais e gestuais, e os conteúdos precisam ser explicados através da Libras, com recurso, apresentação e ampliação visual. (Barbosa e Dorziat, 2019, p. 75). Nesse sentido, os educadores devem estar preparados para identificar as necessidades individuais dos alunos surdos, e em sua função de educador, auxiliar o Intérprete da Língua de Sinais (ILS) em sua prática. Além disso, Lacerda (2021) coloca que a formação contínua dos professores em relação às metodologias de ensino inclusivas para Surdos é fundamental para garantir a eficácia dessas práticas e uma inclusão efetiva no campo universitário.

A acessibilidade é um direito essencial. Para tanto, o Programa Incluir, criado pelo Ministério da Educação, visa promover a inclusão e permanência de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES). O programa busca eliminar

barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais, orientando a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Além disso, a conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica sobre a inclusão de estudantes surdos são essenciais, com campanhas e palestras sobre a cultura surda e seus direitos, contribuindo para um ambiente acadêmico mais inclusivo e acolhedor. Segundo (Brock (2020, p. 56) “a sensibilização é fundamental para a construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, exigindo o compromisso contínuo de toda a comunidade acadêmica”. Nesse sentido, a inclusão dos discentes Surdos nas universidades é um processo contínuo que requer o compromisso de toda a comunidade acadêmica.

Por fim, esse estudo revelou que, embora existam políticas públicas garantindo os direitos educacionais dos Surdos no ensino superior, é fundamental melhorar a capacitação dos docentes, e a necessidade de diálogo entre o Núcleo de Acessibilidade e a comunidade universitária para aplicar esses direitos de maneira eficaz, valorizando as identidades dos estudantes com surdez.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, é importante esclarecer a ausência de um dos sujeitos nos dados coletados. A TIL, sujeito essencial para os resultados esperados, recusou-se a ceder a entrevista, mesmo após várias tentativas de contato da pesquisadora. Assim, entendemos e devemos respeitar essas decisões, garantindo a autonomia e o anonimato dos sujeitos participantes.

Foram entrevistados cinco professores do Curso de Administração, incluindo o coordenador, para compreender como planejam e selecionam metodologias para integrar uma aluna Surda nas aulas, e a coordenadora do Núcleo de Acessibilidade (CA). Quatro dos professores e a coordenadora do CA são efetivos no ICSEZ, com experiência entre 10 e 17 anos no Ensino Superior, enquanto um é professor substituto.

As narrativas a seguir demonstraram como os professores compreendem a surdez e conseqüentemente suas percepções ao sujeito Surdo. O docente P2 descreveu a surdez como “um grande desafio”, declarando não ter nenhuma leitura sobre surdez, “se eu tiver é algo bem superficial, surdez eu entendo como uma deficiência que ela pode ser adquirida a partir da infância, da adolescência, na fase adulta, ou ela pode vir de forma

hereditária, de forma congênita como diz né”. Nesse caso, o docente P2 entende a surdez a partir do corpo físico.

A concepção clínica/patológica da surdez, segundo Teixeira (2021), reduz o sujeito Surdo a uma condição médica, perpetuando a ideia equivocada de inferioridade em relação aos ouvintes. É crucial reconhecer o Surdo para além dessa perspectiva, valorizando suas interações sociais, experiências únicas com a comunicação visual e sua singular visão de mundo dentro da comunidade surda.

Por sua vez, o docente P1 mencionou que só agora está “percebendo esse processo relacionado à surdez, mais precisamente no contexto da Educação Básica”. Ele também destacou que “no início foi um choque para o colegiado, até porque o curso de administração é um bacharelado, e agora tendo uma aluna Surda estou direcionando mais o olhar para essas pessoas que têm essas dificuldades” (P1). O professor P3, por sua vez, admite não compreender completamente a natureza da surdez, o que o deixou cauteloso ao discutir o assunto “surdez eu não sei se é uma doença, se é uma falha, não sei o que é, eu só sei que é um problema grave, desculpa, só sei que é um problema, não é? Que pode ser de nascença, ou pode ser adquirida, ou causa de um acidente, eu só sei que é um problema sério de incapacitação”.

É perceptível na fala do docente P3 que ele expressa incerteza sobre como classificar a surdez corretamente, sobrepondo ao sujeito Surdo um estereótipo de incapacitação por não ser ouvinte. “Historicamente o surdo sofre com o preconceito social decorrente da falta de conhecimento sobre a surdez e seu universo” (Menezes, 2020, p. 194). É importante entender que a surdez não é uma doença nem uma "falha" estrutural do corpo humano, mas sim uma condição que deve ser compreendida e respeitada de forma a se buscar maneiras de minimizar as barreiras sociais e promover inclusão para os sujeitos Surdos.

Para o professor P4 “ser surdo deve ser algo meio desesperador para a pessoa porque o ser humano é muito visual e muito auditivo, e sem nenhuma base de som, não imagino nem como essa pessoa consegue ingressar no mercado de trabalho”. No entendimento do docente P4 a experiência de ser surdo passa a ser bastante assustadora, considerando que nossa sociedade é fortemente baseada em estímulos auditivos. “Essa visão ouvintista incapacita o sujeito Surdo e não respeita a sua Língua de Sinais e sua cultura” (Strobel, 2007, p. 27). Por isso, é pertinente que as Instituições de Ensino Superior invistam em formação, formação continuada e cursos de capacitação para os docentes, a fim de promover uma educação inclusiva e de qualidade. “Porém, ela (a

Universidade) poderia promover espaços de formação permanente para seus funcionários, docentes e discente (Farias, 2016, p. 55).

Segundo Brock (2020), a formação de professores e intérpretes deve abranger não apenas aspectos técnicos da Libras, mas também compreensão das questões culturais e identitárias da comunidade Surda. A inclusão efetiva demanda uma interpretação integral que valorize e promova a autonomia do discente, revelando também a falta de práticas pedagógicas específicas para incluí-lo nas aulas: “eu tento ensinar ela sem excluí-la, ela consegue ler lábios, então eu fico de frente para ela e não para a Intérprete” (P5).

Todos os professores, em suas declarações, deixam expresso não terem recebido qualquer formação para trabalhar com discentes Surdos, sendo surpreendidos ao encontrar uma aluna Surda em suas respectivas disciplinas.

As entrevistas revelaram que o Colegiado do Curso não se preocupou em definir procedimentos pedagógicos inclusivos após a matrícula de uma discente Surda. Reuniões para discutir metodologias e estratégias não tiveram seguimento, como afirmou o professor P4: "em nível de colegiado [...] ninguém sabe nada, aí passa para o próximo ponto de pauta, ou seja, institucionalmente não foi uma coisa resolvida". Ainda, os professores P1 e P5, apesar de não possuírem uma compreensão profunda sobre a inclusão de indivíduos Surdos, demonstram esforços, mesmo que limitados, para promovê-la dentro de suas capacidades. No entanto, a falta de uma abordagem para uma educação inclusiva adequada por parte do Colegiado do Curso tem prejudicado a formação acadêmica da discente Surda. Segundo Lamaison (2018), a inclusão de alunos Surdos demanda a adoção de novas metodologias de ensino, recursos pedagógicos e ferramentas tecnológicas para facilitar seu aprendizado e participação efetiva. Esse processo exige esforços contínuos para aprimorar as práticas educacionais, assegurar comunicação eficaz e garantir igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Outrossim, embora a legislação brasileira reconheça os direitos das pessoas com deficiência, ainda há obstáculos na efetivação dessas políticas. É fundamental a participação e envolvimento dos próprios estudantes Surdos nas discussões e decisões sobre sua educação. Nesse sentido, para superar os desafios, é essencial que os envolvidos compreendam a identidade e a cultura surda e promovam espaços de diálogo sobre o assunto dentro da universidade. Além de implementar adequadamente as políticas públicas de inclusão, ofertar para os docentes e técnicos da universidade formação e a contratação de mais intérpretes. Somente assim será possível garantir a inclusão desses sujeitos conforme preconizado pela legislação.

O Núcleo de Acessibilidade ICSEZ/UFAM, regido pela Portaria nº 3117/2019, visa garantir a inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A comissão se dedica a acompanhar, orientar e apoiar esses indivíduos, além de promover a sensibilização da universidade sobre a importância da acessibilidade pedagógica, comunicacional, arquitetônica e cultural (MEC, 2022).

A coordenadora do Núcleo de Acessibilidade do ICSEZ, disse que ao assumir a função em 2014/2015, encontrou um Núcleo inativo e sem estrutura física, sem discentes cadastrados. Assim que chegou, iniciou um levantamento dos dados e recursos disponíveis para iniciar os atendimentos no espaço. Segundo a CNA “nós já tivemos antes dois discentes Surdos aqui no Núcleo, eram discentes com deficiência auditiva, e usavam aparelho autofônico, mas que se comunica exclusivamente usando a Libras ela é a primeira, que necessita de intérprete ela é a primeira que eu acompanhei” (CNA, 2024).

A coordenadora ainda relatou que a surdez representa a principal dificuldade enfrentada pelos indivíduos assistidos no Núcleo. Ela ressaltou que a surdez, que é o foco desta pesquisa, apresenta uma barreira linguística complexa. Esse entrave torna a comunicação um grande desafio “a maior dificuldade entre as pessoas atendidas aqui no Núcleo, é o que você está pesquisando, que é a deficiência auditiva, porque a barreira da comunicação linguística é muito complicada” (CNA, 2024).

Na visão da CNA “a principal ação que a discente Surda demanda hoje é a presença da intérprete”, (CNA, 2024). E “o principal recurso que o Núcleo oferece é mediado pela monitora, é como se fosse um colega tutor, então a gente entra mais na parte de capacitação dessa pessoa e no acompanhamento, e essa colega de turma atua junto a acadêmica que tem o laudo, é uma troca entre pares” (CNA, 2024). Todavia, Reis (2019) salienta que os Núcleos de Acessibilidade têm o dever de promover medidas que garantam a acessibilidade para pessoas com deficiência, abrangendo todos os aspectos, sejam em ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na Instituição. Nesse sentido, pressupõe que a acessibilidade ao discente Surdo deve ser implementada de forma a garantir a inclusão e a participação desses sujeitos para além de uma tutoria. É necessário que Núcleo ofereça e promova ações afirmativas de acessibilidade atitudinal, de apoio pedagógico aos docentes no planejamento dos conteúdos que serão ministrados aos discentes com surdez, dentre outras práticas inclusivas.

Ademais, a coordenadora mencionou que os professores precisam se comunicar mais com o Núcleo de Acessibilidade sobre a inclusão da discente Surda nas aulas “se o

professor identifica essa necessidade, o professor precisa comunicar a nós, então se você perguntar dos professores, você já mandou um Email para o Núcleo, nunca” (CNA, 2024). Ela destacou que, “nem o colegiado e nem os professores até o momento demandaram” (CNA, 2024). Diante da narrativa da coordenadora do Nucleo de Acessibilidade do ICSEZ, fica explícito que não houve reivindicações indicando uma solicitação que pudesse alinhar práticas inclusivas para atender as necessidades específicas da discente Surda. Barbosa, Dorziart, 2019, p. 28, afirmam que “[...] o grande desafio da universidade: alterar a cultura acadêmica, de modo a olhar a pessoa surda, enquanto sujeito que fala outra língua, que vive numa outra perspectiva, [...] e que precisa de um processo educacional reestruturado, no sentido de atender às suas necessidades”. Assim, torna-se indispensável que todos os atores envolvidos estabeleçam um diálogo conjunto, visando assegurar que a Educação Superior seja não apenas inclusiva, mas também acessível para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de discentes Surdos no Ensino Superior, particularmente no Curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM), revela um cenário complexo, mas fundamental para a promoção da igualdade e acessibilidade na educação. Este estudo evidenciou que, apesar dos avanços legais significativos, a implementação efetiva das leis de acessibilidade, como a Lei 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015, ainda enfrenta desafios substanciais.

Os dados revelaram lacunas significativas na formação dos professores e na estrutura de apoio para discentes Surdos, apesar dos esforços contínuos para oferecer condições adequadas de ensino, a falta de formação específica dos professores para atender às necessidades dos discentes Surdos, limita a eficácia nas aplicações das metodologias inclusivas. Há necessidade premente de desenvolver estratégias para promover efetivamente a inclusão desses estudantes na universidade, incluindo a disponibilização de recursos tecnológicos e cursos de formação em educação inclusiva para docentes e demais servidores da instituição, especialmente considerando as limitações geográficas e logísticas do contexto amazônico.

A pesquisa constatou que para alcançar os objetivos propostos na legislação é importante a ampliação de recursos financeiros e pedagógicos, assim como, uma gestão

mais eficiente para garantir a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos no ensino superior aos discentes com surdez.

Em suma, a análise das políticas públicas para a inclusão de discentes Surdos destaca a necessidade de maior articulação entre esferas governamentais e instituições de ensino, com políticas que não se limitem a formalidades, mas que sejam eficazes e promovam uma inclusão integral e eficiente para resgatar a qualidade do ensino, respeitando e valorizando a identidade e cultura surda.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Poliana; DORZIART, Ana. **O lugar das diferenças surdas no ensino superior**. Curitiba-PR, 2019. 134p.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei nº 10.436/2002, e a Lei nº 10.098/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em: 12 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.html. Acessado em: 12 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acessado em: 5 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado: 25. jun. 2024.

BROCK, Ana Cláudia. **Trajetória escolar do estudante surdo e sua relação no processo de inclusão no ensino superior**. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2020.

FARIAS, Rosejane da Mota. **Professores de libras: identidades e práticas pedagógicas**. Tese. (Doutorado). Universidade Federal do Doutorado Amazonas. Manaus-AM, 2016.158 f.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. *In*: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira (orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCAR, 2021. p. 185-200.

MENEZES, Tayana Dias de. **A (re)construção da representação social sobre o surdo e suas marcas discursivas**. Tese. (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife- PE, 2020. 243f.

MORAES, R. GALIAZZE, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. ver. e ampl.- Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

QUADROS, Ronice Müller de; CERNY, Roseli Zen; PEREIRA, Alice Theresinha Cybis. Inclusão de surdos no ensino superior por meio do uso da tecnologia. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. Cap. 2. p. 30-55.

QUADROS, Ronice Müller de; MASSUTTI, Mara. **CODAs brasileiros: libras e português em zonas de contato**. *In*: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Org.). Estudos Surdos II: Série Pesquisas. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007.

REIS, Joab Grana. **Vozes dos Rios da Amazônia: história de vida de estudantes no Ensino Superior com deficiência**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. 185f.

SANTANA, Ana Paula. **A Inclusão do Surdo no Ensino Superior no Brasil**. Journal of Research in Special Educational Needs. v. 16, n. 1, 2016. Disponível em: Santana-2016- Journal_of_Research_in_Special_Educational_Needs.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. *In*: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (org.) Estudos Surdos II: Série Pesquisas. Editora Arara Azul, 2007. 268p.

STUMPF, Marianne Rossi. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. p. 14-29.

TEIXEIRA, Danilza de Souza. **O surdo: entre o real e o imaginário**. Dissertação. (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades). Universidade Federal do Amazonas (IEAA/UFAM). Humaitá-AM, 2021. 134f.